



DIÁRIO ELETRÔNICO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
assessorialegislativa@mprs.mp.br

Porto Alegre, 12 de novembro de 2018.

Edição Extra n. 2497-E

Nesta Edição: EXTRA

**XLVIII CONCURSO PARA INGRESSO À CARREIRA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RESULTADO PROVISÓRIO DAS PROVAS ORAIS**

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Concursos Públicos.....2



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 12 de novembro de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição Extra n. 2497-E

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

**MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
XLVIII CONCURSO PARA INGRESSO À CARREIRA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

EDITAL N. 240/2018

RESULTADO PROVISÓRIO DAS PROVAS ORAIS

TORNO PÚBLICO que a Comissão do XLVIII Concurso para Ingresso à Carreira do Ministério Público, Edital n. 085/2016, publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul em 21 de junho de 2016, **RESOLVE:**

I. DIVULGAR as notas dos candidatos que se submeteram às PROVAS ORAIS do XLVIII Concurso para Ingresso à Carreira do Ministério Público:

INSC.	Dra. Heloísa Zigliotto	Dr. Pedro Poli	Dr. Luciano Brasil	Dra. Vera Sapko	Dr. Mauro Renner	Dra. Fernanda Pozzebon	Dr. Ivan Melgaré	Dr. José Francisco Seabra	MÉDIA
114849	4	3,5	7	7	5,5	5	3	5,5	5,06
114857	1	4	7	7	5	2	5	4	4,38
114943	3	1,5	6	3	4,5	3	6	6	4,13
114965	1	2,5	6	2	6	6	3	5	3,94
115032	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE
115068	3	2	6	2	7	0	3	3	3,25
115078	5	4,5	6	4	7	3	7	4	5,06
115089	6	4	5	6	4,5	0	5	3	4,19
115283	2	5	6	3,5	7	5	5	6,5	5,00
115295	5	4	6	3	7	7	7	6	5,63
115382	5	6,5	6	7	4	5	5	6,5	5,63
115608	5	4	5	3,5	5	4	1	6,5	4,25
115630	4	6	5	4	4,5	6	5	7	5,19
115744	3	5	4	4	6	3	4	6,5	4,44
115752	4	6	3	3,5	6,5	4	2	6	4,38
115769	3	6	6	4	3,5	2	4	7,5	4,50
115905	2	5	5	4	2,5	5	5	5	4,19
115918	4	6	5	4	7	4	4	6	5,00
116014	4	2,5	5	5	6	3	6	6	4,69
116025	5	5	4	4,5	6	0	7	4	4,44
116104	5	6,5	5	4	3,5	6	8	8	5,75
116209	5	5	5	2	3	3	3	5	3,88
116333	3	3,5	4	2	3,5	5	1	2	3,00
116340	4	5	4	3	3,5	0	2	4	3,19
116386	5	6	5	5	6	7	4	6,5	5,56
116405	6	3,5	7	5	5,5	4	7	2	5,00
116406	7	5	6	2	5	6	5	2	4,75
116492	6	6	4	6,5	4,5	5	4	2	4,75
116512	4	7	7	4	6	4	6	7	5,63
116611	3	2,5	4	4	3	3	6	5	3,81
116658	6	5	4	4	5,5	3	4	5	4,56
116788	6	6	6	4,5	4	5	5	5	5,19



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 12 de novembro de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição Extra n. 2497-E

116804	6	5,5	5	3,5	7	4	3	3	4,63
116944	5	2	6	4	4,5	5	6	7	4,94
117097	4	1	7	2	3	4	5	7	4,13
117120	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE
117223	2	5,5	5	3	3,5	4	8	7	4,75
117365	1	5,5	6	6,5	6	5	3	7	5,00
117454	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE
117585	3	6	4	6	4	6	6	7,5	5,31
117653	6	4	5	4	6	6	5	3	4,88
117775	3	2,5	6	3,5	3	2	5	5	3,75
117820	5	7,5	7	2	3	0	7	6	4,69
118009	4	3	5	2	4,5	7	4	6	4,44
118292	4	8	4	7	4,5	8	5	7,5	6,00
118563	4	8	5	4	6	4	8	6,5	5,69
118564	5	7,5	4	7	6,5	4	8	7,5	6,19
118585	8	7	6	7,5	5	5	8	7,5	6,75
118688	4	5	7	6	5	8	5	4,5	5,56
118756	3	2	3	3,5	7	6	3	5	4,06
118857	3	4	6	3,5	3	4	4	5	4,06
118900	4	6,5	6	4,5	6	6	5	5	5,38
118913	3	2,5	6	3	4,5	7	3	5	4,25
118920	4	6,5	5	3,5	3,5	6	7	5,5	5,13
119105	2	6,5	4	3,5	3,5	4	8	4	4,44
119113	3	5	5	3,5	2	4	7	6	4,44
119208	4	6	5	3,5	3	7	6	5	4,94
119270	2	5	5	3,5	2	4	4	7	4,06
119281	2	2	4	4	4	0	4	6	3,25
119330	6	4	7	2,5	2	5	8	4,5	4,88
119367	1	4	5	2	3	0	5	4,5	3,06
119441	3	5	4	4	1	4	4	6	3,88
119619	5	3,5	4	4	4,5	5	4	4,5	4,31
119682	7	7,5	5	4,5	5	4	7	6	5,75
119717	6,5	7,5	7	4	5	4	6	6	5,75
119804	4	5,5	6	3	4	2	7	3	4,31
119815	7	1,5	6	4,5	4	0	4	6,5	4,19
119845	4	4	7	3,5	6	6	7	6	5,44
120055	5	1	4	2	5	0	4	2	2,88
120124	4	3	4	2	6	5	8	4	4,50
120182	6,5	6,5	5	3,5	6	5	7	4,5	5,50
120196	4	2,5	5	3,5	3	4	6	4	4,00
120223	7	6,5	5	2	5	0	5,5	6,5	4,69
120225	4	5	5	4	7	6	4	5	5,00
120435	4	5	6	3	6	5	5	2	4,50
120470	4	4	3	3,5	7	5	3	2	3,94
120504	4	2,5	5	3,5	6	0	2	2	3,13
120642	1	5	7	3,5	6	2	4	4	4,06
120784	8	8	7	7,5	6	5	5	2	6,06
122834	5	3,5	6	4,5	5	0	3	6	4,13
122925	4	2,5	5	1	4,5	5	4	3,5	3,69



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 12 de novembro de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição Extra n. 2497-E

124706	4,5	7	6	5	5	6	7	6	5,81
125279	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE
125736	6	6	5	5	6	6	6	4	5,50
125749	4,5	3,5	4	4,5	5	3	5	7	4,56
125869	3,5	4,5	5	3,5	7	0	5	5,5	4,25
126256	6,5	7,5	7	3	5	2	8	4	5,38
126597	2	3,5	6	4,5	5	7	6	6	5,00
126758	3,5	2,5	5	4	4	7	6	2	4,25
127592	3,5	3	5	1	2	6	5	3,5	3,63
128909	3,5	5	8	5	5	6	6	4	5,31
129737	5	8	6	7	7	5	6	6	6,25
129981	4,5	4	7	7,5	4	7	7	6	5,88
130013	4,5	6	5	3,5	4	4	6	5,5	4,81
130045	5	4	5	3,5	4	3	6	6	4,56
130197	4	3,5	4	5	6	4	5	2	4,19
130647	3,5	4	4	4,5	4	0	5	5	3,75
131083	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	6	3	2	2	1,63
132875	2,5	2	4	3,5	5	5	2	2	3,25
134036	1	5	3	2	5	5	3	5	3,63
134153	8	6,5	7	6,5	7	5	5	5,5	6,31

II. **RESSALTAR** que os cálculos das notas das PROVAS ORAIS foram realizados com duas casas decimais, arredondando-se para cima sempre que a terceira casa decimal tenha sido maior ou igual a cinco.

III. **DIVULGAR** a nominata provisória dos candidatos aptos a seguir no Concurso, nos termos do item 5 do Capítulo XII do Edital n. 085/2016:

ANA MARIA DAL MORO MAITO
EDUARDO AUGUSTO POHLMANN
MÁRCIO LUIGI TEIXEIRA PINTO
MARINA DE BEM CASANOVA
THIAGO LUIS REINERT
VALMOR JÚNIOR CELLA PIAZZA

IV. **ABRIR PRAZO** para interposição de pedidos de reconsideração por inconformidade com as notas atribuídas às PROVAS ORAIS, nos seguintes termos:

- Os pedidos de reconsideração, fundamentados, deverão ser interpostos exclusivamente pela internet. Para tanto, o candidato deverá acessar seu cadastro no sítio do Ministério Público (<http://concursos.mprs.mp.br/concursos>), selecionar a opção INTERPOSIÇÃO DE RECURSO e seguir as orientações que serão apresentadas.
- O período para interposição dos pedidos de reconsideração é das 10h do dia 14/11/2018 até às 16h do dia 19/11/2018.
- O pedido de reconsideração interposto para cada questão está limitado a um máximo de 5.000 (cinco mil) caracteres.
- Não serão conhecidos os pedidos de reconsideração interpostos em desacordo com as especificações contidas no Capítulo XV do Edital n. 085/2016 e neste edital.
- Os candidatos poderão ter acesso às gravações de áudio e vídeo de suas PROVAS ORAIS a partir do dia 14/11/2018, em dias úteis, em horário comercial, na Unidade de Concursos (Rua General Andrade Neves, n. 106/14º andar, Centro, Porto Alegre/RS).
- O DVD contendo as gravações de áudio e vídeo das PROVAS ORAIS será entregue ao próprio candidato ou à pessoa habilitada por mandato contendo poderes e finalidade específicos (sem necessidade de firma reconhecida), acompanhado de cópia reprográfica do documento de identidade do procurador e do candidato.
- Será considerado apto a prosseguir no certame o candidato que obtiver média final igual ou superior a 6,00 (seis) nas PROVAS ORAIS.

V. **DIVULGAR, no Anexo Único**, os pontos das PROVAS ORAIS do XLVIII Concurso para Ingresso à Carreira do Ministério Público.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 09 de novembro de 2018.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos,
Secretário da Comissão.



ANEXO ÚNICO

PONTOS DAS PROVAS ORAIS

EXAMINADORA: DRA. VERA LÚCIA DA SILVA SAPKO

1. Controle de constitucionalidade das leis e Constitucionalismo. Jurisdição constitucional. Supremacia e força normativa da Constituição. Controle político e controle jurisdicional. Doutrina das questões políticas. Tipos de controle de constitucionalidade no direito brasileiro. Espécies de controle de constitucionalidade no direito brasileiro. Ações declaratórias de inconstitucionalidade e constitucionalidade. Ação de inconstitucionalidade por omissão. Ação interventiva e ação de descumprimento de preceito fundamental. Arguição de inconstitucionalidade. Súmula com efeito vinculante.

Administração Pública. Servidores. Governo representativo. Sistemas presidencial e parlamentar. Princípio da separação dos poderes. Organização dos Poderes.

Poder Legislativo: estrutura, funcionamento e atribuições. Composição e organização. Competências. Comissões parlamentares de inquérito. Imunidades parlamentares. Processo legislativo. Espécies normativas.

Poder Executivo. Organização. Atribuições e responsabilização política. Chefias de Estado, Governo e Administração. Crimes de responsabilidade e impeachment.

Tributação e orçamento. Ordem econômica e financeira.

Tutela ambiental nas Constituições Federal e do Estado do Rio Grande do Sul. Constitucionalização das normas de proteção ambiental e seus reflexos. Patrimônio genético. Responsabilidade ambiental. Princípios constitucionais aplicáveis às questões ambientais.

2. Constituição e Direito Constitucional. Conceitos de Constituição e noções gerais. Ciclos constitucionais, classificação das Constituições. Divisão do Direito Constitucional. Relação do Direito Constitucional com outras disciplinas jurídicas. Fontes do Direito Constitucional. Evolução histórica das constituições brasileiras. Mudança constitucional. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Princípios fundamentais da República. Fundamentos, poderes, objetivos, princípios.

Poder Constituinte. Poder estatal e poder constituinte. Espécies de poder constituinte. Poder constituinte e revolução.

Normas constitucionais. Eficácia e aplicabilidade. Interpretação constitucional. Interpretação e construção. A doutrina dos poderes implícitos. Preâmbulo das Constituições. Princípios fundamentais.

Engenharia genética e meio ambiente. Biodiversidade, patrimônio genético, biossegurança e biotecnologia.

Energias renováveis. Política Nacional Energética.

Política Nacional do Meio Ambiente. Objeto, finalidade e instrumentos. Procedimentos administrativos. Sistema Nacional de Meio Ambiente e seus integrantes. Composição dos organismos colegiados ambientais e sua competência.

Licenciamento ambiental. Competência. Características. Tipos. Licença prévia. Licença de instalação. Licença de operação.

3. Direitos e garantias fundamentais. Teoria geral dos direitos fundamentais. Direitos individuais e coletivos. Direitos econômicos e sociais. Direitos de solidariedade. Efetividade e funcionalidade dos direitos fundamentais. Espécies de direitos fundamentais. Perspectivas subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais. Sujeitos dos direitos fundamentais. Limites e restrições aos direitos fundamentais. Proibição de retrocesso social. Direitos Humanos. Tratados internacionais protetivos.

Garantias e remédios constitucionais. Direito de petição e certidão. Habeas corpus. Habeas data. Mandado de segurança individual e coletivo. Mandado de injunção. Ação popular. Ação civil pública. Lei Federal n. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

Política Nacional de Saneamento Básico. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Política Nacional sobre Mudança do Clima. Política Nacional de Educação Ambiental.

Estudo prévio de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental. Participação popular. Audiência pública.

Poluição. Conceito. Formas de poluição. Poluição atmosférica. Poluição por Resíduos Sólidos. Poluição por Resíduos e Rejeitos Perigosos. Poluição Sonora. Áreas contaminadas. Poluição por agrotóxicos. Agricultura orgânica. Lei Federal n. 10.831/2003.

4. Nacionalidade e cidadania. Aquisição, perda e reconhecimento da nacionalidade. Espécies. Condição jurídica do estrangeiro. Direitos políticos ativos e negativos. Inelegibilidades. Partidos políticos. Direitos políticos. Direitos positivos e negativos. Direito ao sufrágio, ao voto e ao escrutínio. Plebiscito e referendo. Elegibilidade e inelegibilidades. Perda e suspensão dos direitos políticos.

Áreas de preservação permanente. Áreas de uso restrito. Reserva legal. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Desmatamento. Queimadas. Compensação. Código Florestal, legislação federal e estadual.

Responsabilidade civil e reparação do dano ecológico. Desconsideração da personalidade jurídica. Responsabilidade do Estado.

Responsabilidade por risco. Formas de reparação do dano ambiental.

5. Bases constitucionais da administração pública. Princípios constitucionais aplicáveis. Lei Federal n. 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) Organização do Estado. Estado federal. Organização, competências, autonomia e limitações da União, Estados-Membros, Distrito Federal, Territórios e Municípios.

Ordem social. Seguridade social. Educação, cultura e desporto. Ciência e tecnologia. Comunicação social.

Poder Constituinte. Poder estatal e poder constituinte. Espécies de poder constituinte. Poder constituinte e revolução.

Disposições constitucionais gerais. Emendas constitucionais.

Os índios.

Princípios gerais de Direito Ambiental. Direito ao meio ambiente equilibrado. Direito à sadia qualidade de vida. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Acesso equitativo aos recursos naturais. Usuário-pagador e poluidor-pagador. Princípios da precaução, prevenção, reparação, informação e participação. Obrigatoriedade de intervenção do Poder público. Vedação ao retrocesso. Função socioambiental da propriedade.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 12 de novembro de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição Extra n. 2497-E

Patrimônio imaterial, histórico, paisagístico, artístico e cultural. Conceitos e instrumentos de proteção. Urbanismo e meio ambiente. Estatuto da Cidade. Defesa de praças e espaços livres. Parcelamento do solo. Regularização fundiária. Cadastro Ambiental Rural
Recursos hídricos. Fundamentos, objetivos e diretrizes gerais da política nacional de recursos hídricos. Outorga de uso de águas. Cobrança do uso. Sistema de informações sobre recursos hídricos e Agência Nacional de Águas. Comitês de Bacias Hidrográficas. Normas constitucionais e legais sobre o tema.

EXAMINADOR: DR. PEDRO HENRIQUE POLI DE FIGUEIREDO

1. Orçamento. Conceito e espécies. Natureza jurídica. Princípios orçamentários. Normas gerais de direito financeiro, inclusive Lei Federal n. 4.320/1964 e Lei Complementar Federal n. 101/2000. Fiscalização e controle interno e externo da execução orçamentária. A disciplina constitucional e legal dos precatórios.

2. Receita pública. Conceito. Ingressos e receitas. Classificação. Receitas originárias e receitas derivadas. Despesa pública. Conceito e classificação. Princípio da legalidade. Técnica de realização da despesa pública. Empenho, liquidação e pagamento. Preço público, tarifa e taxa.

3. Gestão Fiscal Responsável (Lei de Responsabilidade Fiscal Federal e Estadual). Planejamento orçamentário na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Constituição. Receita e despesa. Receita corrente líquida. Conceito e abrangência. Utilização como base de cálculo. Instituição, previsão e efetiva arrecadação dos tributos. Renúncia de receita. Despesa pública. Geração da despesa e a criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental. Despesa obrigatória de caráter continuado. A relevância das disposições concernentes às despesas com pessoal na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Constituição Federal. Limites com gastos por entes da Federação, Poderes e Ministério Público. Atos de aumento de despesa com pessoal e nulidade por descumprimento das exigências legais e constitucionais. Nulidade de pleno direito do ato de aumento de despesa com pessoal no final de mandato do gestor público. Mitigação de despesas. Retorno ao limite de gastos e endividamento. Restos a pagar. Controle e transparência da gestão fiscal. Relatório resumido da execução orçamentária e relatório de gestão fiscal. Controle pelos Tribunais de Contas, pelo Poder Legislativo e pelo Ministério Público. Infrações penais. Implicações. Infrações administrativas contra as leis de finanças públicas. Lei n. 10.028/2000. Infrações civis. Improbidade administrativa. Lei Complementar n. 141/2012.

4. Sistema Tributário Nacional. Princípios Constitucionais. Princípios Gerais com especial repercussão no âmbito tributário. Princípios específicos. Imunidades. Normas tributárias fora do capítulo do Sistema Tributário Nacional. Alterações promovidas por Emendas Constitucionais. Constituição da República Federativa do Brasil, Constituição do Estado do Rio Grande do Sul e Código Tributário Nacional. Limitações constitucionais ao poder de tributar.

5. Tributos e suas espécies. Conceito, definição e características. Determinação da natureza jurídica específica do tributo. Denominação e destino legal do produto da arrecadação. Vinculações. Tributos diretos e indiretos. Espécies tributárias. Impostos, taxas, contribuição de melhoria, contribuições sociais. Preço público, tarifa e pedágio.

6. Competência tributária. Conceito, espécies e características. Competência tributária e capacidade tributária ativa. Limitações da competência tributária. Imunidades tributárias. Conceito. Imunidades genéricas e imunidades específicas. Normas gerais de Direito Tributário. Fontes do Direito Tributário. Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária. Norma jurídica tributária. Conceito. Classificação. Regra matriz de incidência tributária. O fato gerador da obrigação tributária. Classificações dos fatos geradores. Efeitos do fato gerador.

7. Obrigação tributária. Obrigação tributária e deveres instrumentais ou formais. Sujeito ativo e sujeito passivo da obrigação tributária. Solidariedade tributária. Capacidade tributária e domicílio tributário. Responsabilidade tributária. Responsabilidade de sucessores, responsabilidade de terceiros e responsabilidade por infrações. Substituição tributária. Constituição do crédito tributário. Lançamento tributário. Conceito, natureza jurídica, atributos, alterabilidade, modalidades e revisão. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Moratória, depósito do montante integral, reclamações e recursos administrativos. Parcelamento. Extinção do crédito tributário. Pagamento. Consignação em pagamento. Repetição do indébito tributário. Pagamento antecipado e homologação do lançamento. Dação em pagamento. Compensação. Transação. Remissão. Decadência. Prescrição. Conversão e depósito em renda. Decisão final administrativa. Decisão judicial transitada em julgado. Exclusão do crédito tributário. Isenção e anistia. Infrações e sanções tributárias. Ilícitos administrativos tributários. Denúncia espontânea. Sanções tributárias. Garantias e privilégios do crédito tributário. Preferências. Administração tributária. Fiscalização. Dívida ativa. Certidões negativas e positivas. Impostos de competência tributária dos Estados. Participação direta dos Estados no produto da arrecadação de impostos federais. Impostos de competência tributária dos Municípios. Participação direta dos Municípios no produto da arrecadação de impostos federais e estaduais. Infrações penais.

8. Princípios do Direito Administrativo e princípios constitucionais da administração pública (Direito Constitucional Administrativo). Lei Federal n. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

9. Estrutura administrativa. Atividade administrativa. Poderes e deveres do administrador público. Uso e abuso de poder. Direito Administrativo Sancionador. Regime jurídico administrativo. Administração pública e os modelos de Estado. Desconcentração e descentralização. Administração pública direta e indireta. Autarquias. Fundações públicas. Empresas públicas. Sociedades de economia mista. Agências executivas e reguladoras. Entidades paraestatais e Terceiro Setor. Lei Federal n. 13.019/2014.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 12 de novembro de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição Extra n. 2497-E

10. Controle da administração pública. Controles internos e externos. Controles administrativo, legislativo e jurisdicional. Controle de políticas públicas. Tribunal de Contas (composição, competências, atuação). Conselho Nacional do Ministério Público (composição, competências, atuação). Administração pública e probidade administrativa. Controle da probidade. Atos de improbidade administrativa. Sanções. Procedimentos administrativo e judicial. Lei Federal n. 8.429/1992. Responsabilidade administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública. Acordos de leniência. Cadastro Nacional de Empresas Punidas. Lei Federal n. 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

11. Poderes administrativos. Poderes políticos. Poderes normativo/regulamentar, discricionário, vinculado, hierárquico, disciplinar, poder de polícia e polícia sanitária. Abuso de poder. Atos administrativos. Conceito. Requisitos. Atributos. Classificações. Espécies. Teoria dos motivos determinantes. Extinção, revogação e invalidação.

12. Contratos administrativos. Características. Princípios. Formalização. Garantias. Cláusulas essenciais e exorbitantes. Teoria da imprevisão. Execução, inexecução, revisão, extinção e rescisão. Principais contratos. Convênios. Consórcio público. Contratos de gestão entre a administração e as organizações sociais. Responsabilidade contratual. 12. Licitação. Assento constitucional. Princípios. Modalidades. Obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade. Procedimento. Invalidação e revogação. Recursos. Sanções penais. Lei Federal n. 8.666/1993. Lei Federal n. 10.520/2002. Regime Diferenciado de contratação. Lei Federal n. 12.462/2011.

13. Processo e procedimento administrativo. Princípios. Fases. Modalidades. Processo Administrativo Disciplinar e procedimentos investigatórios sumários. Prescrição e decadência nos processos e procedimentos administrativos. Servidores públicos. Agentes Públicos. Normas constitucionais aplicáveis aos servidores e agentes públicos. Organização. Regime jurídico, inclusive Lei Complementar Estadual n. 10.098/1994. Cargos, empregos e funções públicas. Formas de remuneração e vantagens pecuniárias. Direitos e deveres. Exoneração e demissão. Aposentadoria. Responsabilidade administrativa, civil e criminal dos servidores. Regime disciplinar.

14. Serviços públicos. Conceito. Princípios. Classificação. Serviços públicos na Constituição Federal. Formas e meios de prestação do serviço. Regulamentação e controle. Reserva do possível. Delegação e outorga. Concessão. Permissão. Autorização. Lei Federal n. 8987/1995. Parceria público-privada. Lei Federal n. 11.079/2004. Convênios. Consórcios. Lei 11.107/2005. Intervenção do Estado na ordem econômica. Fomento de atividades privadas de interesse público.

15. Bens públicos. Conceito e classificação. Regime jurídico. Aquisição e alienação. Imprescritibilidade, impenhorabilidade e não oneração. Afetação. Desafetação.

16. Limites ao direito de propriedade. Instituição e invalidação. Desapropriação. Servidão e requisição administrativas. Inventário e tombamento. Ocupação temporária. Limitações administrativas e institutos afins.

17. Responsabilidade extracontratual do Estado. Teorias. Fundamentos. Causas excludentes e atenuantes de responsabilidade. Responsabilidade por omissão. Responsabilidade do Estado e atos emanados do Poder Legislativo e do Poder Judiciário.

18. O município nas Constituições Federal e do Estado do Rio Grande do Sul. Organização municipal. Competência para sua organização. Criação, desmembramento, anexação, incorporação e fusão de municípios. Divisões administrativa, judiciária e territorial. Lei Orgânica Municipal. Autonomia municipal. Conceito. Soberania e autonomia. Autonomia política, administrativa e financeira. Poder normativo e regulamentar. Hipóteses de intervenção do Estado.

19. Governo municipal. Competência. Composição. Poder Executivo. Poder Legislativo. Atribuições e responsabilidades. Finanças do município. Normas constitucionais. Receitas, despesas e rendas públicas. Orçamento municipal. Poder impositivo. Tributos e outras receitas municipais.

20. Controle e fiscalização da administração municipal. Bens municipais. Gestão. Oneração. Aquisição e alienação. 8. Serviços e obras municipais. Municipalização e gestão da saúde. Plano diretor. Ordenamento urbano. Proteção ambiental. Estatuto da Cidade. Servidores e agentes públicos municipais. Regime jurídico. Responsabilidades do Prefeito.

EXAMINADORA: DRA. HELOÍSA HELENA ZIGLIOTTO

1. Natureza Jurídica das Normas do CDC. Direitos Básicos. Proteção à Vida, Saúde e Segurança. Informação Adequada e Clara. Efetiva Prevenção e Reparação de Danos Coletivos Lato Sensu ou Individuais, Patrimoniais ou Morais. Teoria da Qualidade. Facilitação da Defesa Com a Inversão Ope Judicis do Ônus da Prova pela Hipossuficiência do Consumidor ou Verossimilhança de suas Alegações. Tipos de Periculosidade. Estabelecimento Empresarial. Alienação do Estabelecimento Empresarial. Sociedade em Nome Coletivo.

2. Deveres do Fornecedor. Responsabilidade Civil pelos Acidentes de Consumo. Dever de Indenizar Independente do Vínculo Contratual. Os Responsáveis pelo Dever de Indenizar. Causas de Exclusão da Responsabilidade e o ônus da Prova em Favor do Fornecedor. Caso Fortuito e Força Maior. Responsabilidade Especial ou Subsidiária do Comerciante. A Responsabilidade Solidária do



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 12 de novembro de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição Extra n. 2497-E

Comerciante. Espécies de Contratos: Contrato de Depósito. Contrato de Mandato.

3. O Direito de Regresso e o Descabimento de Denúnciação da Lide. Responsabilidade dos Profissionais Liberais. A Culpa do Profissional Liberal. O Ônus da Prova. Vítima de Acidente de Consumo. Desconsideração da Pessoa Jurídica, Requisitos e Código de Defesa do Consumidor. Livros Comerciais. Espécies de Contratos: Contrato de Doação. Contrato de Troca ou Permuta.

4. Vícios dos Produtos e dos Serviços. Incidentes de Consumo. Distinção Entre Incidentes e Acidentes de Consumo. Responsabilidade Objetiva e Solidária do Fornecedor de Produtos ou Serviços Com Vícios. Prazo para Reclamação Quanto a Produtos ou Serviços Duráveis ou Não-Duráveis. Termo Inicial para Vícios Ocultos e Vícios Aparentes. Vícios do Serviço - Opções do Consumidor. Espécie de Contratos: Contrato Estimatório ou Consignatário.

5. Teoria Geral dos Contratos. Formação do Contrato. Princípios Gerais do Contrato. Função Social dos Contratos. Classificação dos Contratos. Extinção dos Contratos. Contrato de Fiança. Recuperação Judicial.

6. Espécies de Contratos: Contrato de Compra e Venda. Contrato de Jogo e Apostas. Empresário, conceito, quem não pode ser e o irregular. Empresário Individual. Empresário Individual de Responsabilidade Limitada. Optante pelo Simples. Marcas (conceito), Patentes, Invenção e Modelo de Utilidade. Sociedade em Conta de Participação.

EXAMINADOR: DR. LUCIANO DE FARIA BRASIL

1. Código de Processo Civil. Das Normas Processuais Cíveis. Das Normas Fundamentais e da Aplicação das Normas Processuais. Das Normas Fundamentais do Processo Civil. Da Aplicação das Normas Processuais.

2. Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, com as alterações posteriores). Diretrizes Gerais. Dos Instrumentos da Política Urbana. Dos Instrumentos em Geral.

3. Código de Processo Civil. Da Jurisdição e da Ação.

4. Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, com as alterações posteriores). Do Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórias.

5. Código de Processo Civil. Dos Limites da Jurisdição Nacional e da Cooperação Internacional. Dos Limites da Jurisdição Nacional. Da Cooperação Internacional. Disposições Gerais. Do Auxílio Direto. Da Carta Rogatória. Disposições Comuns às Seções Anteriores.

6. Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, com as alterações posteriores). Do IPTU Progressivo no Tempo.

7. Código de Processo Civil. Da Competência Interna. Da Competência. Disposições Gerais. Da Modificação da Competência. Da Incompetência. Da Cooperação Nacional.

8. Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, com as alterações posteriores). Da Desapropriação com Pagamento em Títulos.

9. Código de Processo Civil. Das Partes e dos Procuradores. Da Capacidade Processual. Dos Deveres das Partes e de seus Procuradores. Dos Deveres. Da Responsabilidade das Partes por Dano Processual. Das Despesas, dos Honorários Advocatícios e das Multas. Da Gratuidade da Justiça. Dos Procuradores. Da Sucessão das Partes e dos Procuradores.

10. Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, com as alterações posteriores). Da Usucapião Especial de Imóvel Urbano.

11. Código de Processo Civil. Do Litisconsórcio.

12. Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, com as alterações posteriores). Do Direito de Superfície.

13. Código de Processo Civil. Da Intervenção de Terceiros. Da Assistência. Disposições Comuns. Da Assistência Simples. Da Assistência Litisconsorcial. Da Denúnciação da Lide. Do Chamamento ao Processo. Do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica. Do Amicus Curiae.

14. Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, com as alterações posteriores). Do Direito de Preempção.

15. Código de Processo Civil. Do Juiz e dos Auxiliares da Justiça. Dos Poderes, dos Deveres e da Responsabilidade do Juiz. Dos Impedimentos e da Suspeição. Dos Auxiliares da Justiça. Do Escrivão, do Chefe de Secretaria e do Oficial de Justiça. Do Perito. Do Depositário e do Administrador. Do Intérprete e do Tradutor. Dos Conciliadores e Mediadores Judiciais.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 12 de novembro de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição Extra n. 2497-E

16. Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, com as alterações posteriores). Da Outorga Onerosa do Direito de Construir.
17. Código de Processo Civil. Do Ministério Público.
18. Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, com as alterações posteriores). Das Operações Urbanas Consorciadas.
19. Código de Processo Civil. Da Forma, do Tempo e do Lugar dos Atos Processuais. Forma dos Atos Processuais. Dos Atos em Geral. Da Prática Eletrônica de Atos Processuais. Dos Atos das Partes. Dos Pronunciamentos do Juiz. Dos Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria. Do Tempo e do Lugar dos Atos Processuais. Do Tempo. Do Lugar. Dos Prazos. Disposições Gerais. Da Verificação dos Prazos e das Penalidades.
20. Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, com as alterações posteriores). Da Transferência do Direito de Construir.
21. Código de Processo Civil. Da Comunicação dos Atos Processuais. Disposições Gerais. Da Citação. Das Cartas. Das Intimações.
22. Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, com as alterações posteriores). Do Estudo de Impacto de Vizinhança.
23. Código de Processo Civil. Das Nulidades.
24. Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, com as alterações posteriores). Do Plano Diretor.
25. Código de Processo Civil. Da Distribuição e do Registro.
26. Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, com as alterações posteriores). Da Gestão Democrática da Cidade.
27. Código de Processo Civil. Do Valor da Causa.
28. Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, com as alterações posteriores). Disposições Gerais.
29. Código de Processo Civil. Da Tutela Provisória. Disposições Gerais.
30. Parcelamento do Solo Urbano (Lei 6.766, de 19 de dezembro de 1979, com as alterações posteriores). Disposições Preliminares. Dos Requisitos Urbanísticos para Loteamento.
31. Código de Processo Civil. Da Tutela de Urgência. Disposições Gerais. Do Procedimento da Tutela Antecipada Requerida em Caráter Antecedente. Do Procedimento da Tutela Cautelar Requerida em Caráter Antecedente.
32. Parcelamento do Solo Urbano (Lei 6.766, de 19 de dezembro de 1979, com as alterações posteriores). Do Projeto de Loteamento. Do Projeto de Desmembramento.
33. Código de Processo Civil. Da Tutela da Evidência.
34. Parcelamento do Solo Urbano (Lei 6.766, de 19 de dezembro de 1979, com as alterações posteriores). Da Aprovação do Projeto de Loteamento e Desmembramento.
35. Código de Processo Civil. Da Formação, da Suspensão e da Extinção do Processo. Da Formação do Processo. Da Suspensão do Processo. Da Extinção do Processo.
36. Parcelamento do Solo Urbano (Lei 6.766, de 19 de dezembro de 1979, com as alterações posteriores). Do Registro do Loteamento e Desmembramento.
37. Código de Processo Civil. Do Procedimento Comum. Disposições Gerais. Da Petição Inicial. Dos Requisitos da Petição Inicial. Do Pedido. Do Indeferimento da Petição Inicial.
38. Parcelamento do Solo Urbano (Lei 6.766, de 19 de dezembro de 1979, com as alterações posteriores). Dos Contratos.
39. Código de Processo Civil. Improcedência Liminar do Pedido. Da Conversão da Ação Individual em Ação Coletiva. Da Audiência de Conciliação ou de Mediação.
40. Parcelamento do Solo Urbano (Lei 6.766, de 19 de dezembro de 1979, com as alterações posteriores). Disposições Gerais. Disposições Penais. Disposições Finais.



41. Código de Processo Civil. Da Contestação. Da Reconvenção. Da Revelia. Das Providências Preliminares e do Saneamento. Da Não Incidência dos Efeitos da Revelia. Do Fato Impeditivo, Modificativo ou Extintivo do Direito do Autor. Das Alegações do Réu.
42. Código de Processo Civil. Do Julgamento Conforme o Estado do Processo. Da Extinção do Processo. Do Julgamento Antecipado do Mérito. Do Julgamento Antecipado Parcial do Mérito. Do Saneamento e da Organização do Processo. Da Audiência de Instrução e Julgamento.
43. Código de Processo Civil. Das Provas. Disposições Gerais. Da Produção Antecipada da Prova. Da Ata Notarial. Do Depoimento Pessoal. Da Confissão. Da Exibição de Documento ou Coisa. Da força probante dos documentos. Da arguição de falsidade. Da produção da prova documental. Dos Documentos Eletrônicos. Da Prova Testemunhal. Da admissibilidade e do valor da prova testemunhal. Da produção da prova testemunhal. Da Prova Pericial. Da Inspeção Judicial.
44. Código de Processo Civil. Da Sentença e da Coisa Julgada. Disposições Gerais. Dos Elementos e dos Efeitos da Sentença. Da Remessa Necessária. Do Julgamento das Ações Relativas às Prestações de Fazer, de Não Fazer e de Entregar Coisa. Da Coisa Julgada. Da Liquidação de Sentença.
45. Código de Processo Civil. Das Ações Possessórias. Disposições Gerais. Da Manutenção e da Reintegração de Posse. Do Interdito Proibitório.
46. Código de Processo Civil. Dos Embargos de Terceiro.
47. Código de Processo Civil. Das Ações de Família.
48. Código de Processo Civil. Da Interdição. Disposições Comuns à Tutela e à Curatela.
49. Da ação civil pública (Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985, com as alterações posteriores).
50. Das ações coletivas (Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990, com as alterações posteriores).

EXAMINADOR: DR. MAURO HENRIQUE RENNER

1. Aplicação da lei penal. Princípio da legalidade e princípios decorrentes. Lei penal no tempo. Lei penal no espaço. Conflito aparente de normas penais. Antijuridicidade. Concepções doutrinárias formal, material e unitária. Antijuridicidade e tipicidade. Antijuridicidade e culpabilidade. Causas legais e supralegais de sua exclusão. Estado de necessidade. Legítima defesa. Estricto cumprimento de dever legal. Exercício regular de direito. Consentimento do ofendido. Culpabilidade. Da Imputabilidade penal. Erro de tipo. Erro de proibição. Inexigibilidade de conduta diversa.
2. Da Teoria Geral do Crime. Classificação dos crimes. Bem jurídico-penal. Tipo e tipicidade. Tipos incriminadores e não incriminadores. Princípios da adequação social, da insignificância e da intervenção mínima. Da Conduta punível. Resultado e nexo de causalidade. Teoria da imputação objetiva. Crime Doloso. Crime Culposos. Omissão como causa do resultado. Crime consumado e crime tentado. Desistência voluntária. Arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível, putativo e provocado. Concurso de pessoas. Teoria do domínio do fato. Circunstâncias comunicáveis. Participação impunível.
3. Princípios constitucionais penais. Fontes do Direito Penal. Conceito. Fontes formais e fontes materiais. Teoria da norma penal: Conceito. Estrutura. Interpretação. Integração. Analogia. Norma penal em branco. Penas: Privativas de liberdade e seus respectivos regimes. Restritivas de direitos e suas espécies. Pecuniárias. Transação penal e suspensão condicional do processo. Concurso de crimes. Dosimetria da pena no concurso de crimes. *Aberratio ictus* e *Aberratio criminis*. Punibilidade: Causas extintivas. Escusas absolutórias e condições objetivas de punibilidade.
4. Crimes contra a pessoa. Crimes contra a dignidade sexual. Crimes Eleitorais.
5. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a fé pública.
6. Crimes contra a administração pública. Crimes contra a fé pública.
7. Crimes de Drogas. Crimes Hediondos.
8. Crimes de Lavagem de Dinheiro. Crime Organizado. A Convenção de Palermo.
9. Crimes de Abuso de Autoridade. Crimes de Tortura. Crimes resultantes de preconceito de raça ou cor.
10. Crimes Ambientais. Crimes Contra as Ordens Tributárias e Econômica e Contra as Relações de Consumo. Crimes licitatórios.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 12 de novembro de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição Extra n. 2497-E

11. Violência Doméstica. Crimes contra as crianças e adolescentes. Crimes contra idosos.
12. Crimes de Trânsito e Estatuto do Desarmamento. Crimes de agentes políticos municipais.

EXAMINADORA: DRA. FERNANDA SPOLEDER DE SOUZA POZZEBON

1. Competência
2. Medidas Assecuratórias
3. Recursos
4. Provas
5. Prisão e Liberdade Provisórias

EXAMINADOR: DR. IVAN SARAIVA MELGARÉ

1. Princípios e funções institucionais do Ministério Público, garantias e vedações aos membros.
2. Estrutura organizacional e regime jurídico dos membros do Ministério Público na Constituição Federal, na Constituição Estadual e na legislação institucional.
3. Lei n. 7.669/82 - Lei Orgânica Estadual do Ministério Público do Rio Grande do Sul.
4. Lei n. 6.536/73 - Estatuto do Ministério Público do Rio Grande do Sul.
5. Conselho Nacional do Ministério Público: composição, competência; regimento interno; resoluções e outras orientações de caráter normativo.

EXAMINADOR: DR. JOSÉ FRANCISCO SEABRA MENDES JÚNIOR

1. Direito do Idoso.
2. Direito das Pessoas com Deficiência.
3. Direito Eleitoral - Direitos Políticos. Aquisição da cidadania. Direitos fundamentais e direitos políticos. Privação dos direitos políticos. Consequência da perda ou suspensão dos direitos políticos na inscrição eleitoral.
4. Direito Eleitoral - Domicílio eleitoral e transferência.
5. Direito Eleitoral. Princípios de Direito Eleitoral. Hermenêutica eleitoral. Poder representativo. Sufrágio. Natureza. Extensão do sufrágio. Valor do sufrágio. Modo de sufrágio. Formas de sufrágio. Organização eleitoral. Distribuição territorial. Sistemas eleitorais. Justiça Eleitoral. Características institucionais. Jurisdição especializada eleitoral. Órgãos e composição. Diversificação funcional das atividades da Justiça Eleitoral.
6. Direito Eleitoral. Competências. Justiça Eleitoral e o controle da legalidade das eleições. Ministério Público Eleitoral. Composição. Procurador-Geral Eleitoral. Procurador-Regional Eleitoral. Promotores Eleitorais. Atribuições. Ministério Público Eleitoral e lisura do processo eleitoral. Procedimento preparatório eleitoral.
7. Direito Eleitoral. Capacidade eleitoral. Requisitos. Limitações decorrentes de descumprimento do dever eleitoral. Alistamento eleitoral. Ato de alistamento. Fases do alistamento. Efeitos do alistamento. Cancelamento e exclusão. Revisão do eleitorado.
8. Direito Eleitoral. Elegibilidade. Condições de Elegibilidade. Inelegibilidades constitucionais (inclusive acerca da Lei Complementar n. 135/2010, denominada Lei da Ficha Limpa). Inelegibilidades infraconstitucionais ou legais.
9. Direito Eleitoral. Processo de escolha dos candidatos pelos partidos. Registro de candidaturas. Impugnações ao registro de candidaturas.
10. Direito Eleitoral. Causas de inelegibilidades. Inelegibilidades constitucionais (inclusive acerca da Lei Complementar n. 135/2010, denominada Lei da Ficha Limpa). Inelegibilidades infraconstitucionais ou legais. Arguição judicial de inelegibilidade. Oportunidade e



efeitos.

11. Direito Eleitoral. Partidos políticos. Sistemas partidários. Criação, fusão e extinção dos partidos políticos. Órgãos partidários.

12. Direito Eleitoral. Filiação partidária. Fidelidade partidária.

13. Direito Eleitoral. Financiamento dos partidos políticos. Controle de arrecadação, gastos de recursos e prestação de contas. Doações de recursos financeiros.

14. Direito Eleitoral. Propaganda política. Propaganda partidária. Propaganda eleitoral. Propaganda eleitoral em geral. Propaganda eleitoral na imprensa e internet. Propaganda eleitoral no rádio e na televisão. Época da propaganda eleitoral. Propaganda Eleitoral em bens públicos e privados. Outras formas e meios de propaganda eleitoral. Direito de resposta.

15. Direito Eleitoral. Pesquisas e testes pré-eleitorais.

16. Direito Eleitoral. Propaganda eleitoral. Propaganda no dia da eleição.

17. Direito Eleitoral. Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais. Ações judiciais eleitorais como forma de proteção do processo eleitoral.

18. Direito Eleitoral. Captação irregular de sufrágio. Representação por infringência ao artigo 41-A da Lei n. 9.504/97. Ações judiciais eleitorais como forma de proteção do processo eleitoral.

19. Direito Eleitoral. Atos preparatórios à votação. Processo de votação. Nulidades da votação.

20. Direito Eleitoral. Apuração eleitoral. Diplomação.

21. Direito Eleitoral. Realização de novas eleições.

22. Direito Eleitoral. Garantias eleitorais. Liberdade de escolha. Proteção jurisdicional contra a violência atentatória à liberdade de voto. Contenção ao poder econômico e ao desvio e abuso do poder político. As diferentes formas de abuso de poder. A apuração de abuso de poder na esfera de competência da Justiça Eleitoral. Pluralidade de procedimentos para combate ao abuso de poder em razão da fase a ser enfrentada. Ações judiciais eleitorais como forma de proteção do processo eleitoral. Base legal das principais medidas. Representações. Recurso contra expedição de diploma. Ação de impugnação de registro de candidatura. Ação de investigação judicial eleitoral. Ação por captação irregular de sufrágio. Ação por captação ou gasto ilícito de recursos para fins eleitorais. Representação do artigo 30-A da Lei n. 9.504/97. Ação de impugnação de mandato eletivo. Ação rescisória eleitoral. Momentos da propositura dessas medidas. Objetivos. Autores e réus. Ritos processuais. Prazos. Natureza das decisões.

23. Direito Eleitoral. Recursos eleitorais.

24. Direito Eleitoral. Direito Penal Eleitoral. Crimes eleitorais. Leis penais eleitorais extravagantes. Leis n. 4.737/65, n. 6.091/74, n. 6.996/82, n. 9.096/95, n. 9.265/96 e n. 9.504/97. Lei n. 13.165/2015. Leis Complementares n. 64/90 e n. 75/93. Transporte de eleitores das zonas rurais. Aplicação subsidiária do Código Penal em matéria eleitoral própria extravagante. Princípios constitucionais aplicáveis aos crimes eleitorais. Crimes eleitorais puros ou específicos. Crimes eleitorais acidentais. Crimes cometidos no alistamento eleitoral. Crimes cometidos no alistamento partidário. Crimes eleitorais em matéria de inelegibilidades. Crimes eleitorais na propaganda eleitoral. Corrupção eleitoral. Coação eleitoral. Crimes eleitorais na votação. Crimes eleitorais na apuração. Crimes eleitorais no funcionamento do serviço eleitoral. Crimes eleitorais que podem ser cometidos em qualquer fase do processo eleitoral. Crimes eleitorais e sanções penais. Inelegibilidades decorrentes da Lei Complementar n. 135/2010, denominada Lei da Ficha Limpa. Juizados Especiais Criminais e crimes eleitorais. Aplicação das Leis n. 9.099/95 e n. 10.259/01 aos crimes eleitorais. Processo penal eleitoral. Fase pré-processual. Inquérito policial. Flagrante. Representação. Notícia crime e peças de investigação. Prisão e período eleitoral. Competência, conexão e continência em matéria eleitoral. Medidas despenalizadoras. Ação penal eleitoral. Natureza jurídica. Rito processual. Incidentes no rito processual. Rito de competência originária dos tribunais: Leis n. 8.038/90 e n. 8.658/93. Recursos.

25. Direito Eleitoral. Interpretação jurisprudencial dos Tribunais Superiores sobre os temas de Direito Eleitoral que integram o edital.